

Governo admite rever pacote

09 OUT 1999

JORNAL DE BRASÍLIA



Pedro Malan: "Não temos monopólio da verdade"

Malan diz que medidas para compensar perda de R\$ 2,4 bi têm caráter transitório e podem ser revertidas

Rio - O ministro da Fazenda, Pedro Malan, reconheceu ontem que o Governo poderá rever algumas das medidas tributárias divulgadas quinta-feira para elevar a arrecadação e compensar a perda de R\$ 2,4 bilhões causada pelo veto do Supremo Tribunal Federal (STF) à contribuição previdenciária dos servidores inativos. "Não temos o monopólio da verdade e nem o reconhecemos em ninguém", disse o ministro, para uma platéia de representantes do mercado de capitais. "Estamos sempre dispostos a reconsiderar, a rever, desde que sejamos convencidos de que devemos fazê-lo".

Malan fez questão de repe-

tir, pelo menos quatro vezes durante seu discurso, que as medidas têm caráter transitório "e podem ser revertidas ou eliminadas tão rapidamente quanto uma solução estrutural seja encontrada". O ministro, que participou da posse da diretoria reeleita da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), foi recebido na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro com críticas, mesmo que comedidas, como a do presidente da entidade, Alfried Pleger: "Sem querer alfinetar nosso convidado de honra, esperamos tornar o mercado tão grande quanto o Governo nos permitir fazer".

Sem perder a serenidade, o ministro respondeu que não é intenção do Governo aumentar a carga tributária do setor produtivo. "Entendo a angústia e a irritação com medidas recentes, como a da Cofins", admitiu, referindo-se ao fim da dedução da Cofins na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Ele salientou, porém, que decisões como esta acabarão imediatamente após a aprova-

ção da reforma tributária, que definirá um novo regime fiscal. "Queremos um regime tributário compatível com o Brasil do século 21", justificou.

"Não fizemos isso porque temos o prazer sádico de gerar superávits primários", defendeu-se Malan. "Mas porque o superávit é necessário para estabilizar o déficit público e colocá-lo em trajetória declinante em relação ao PIB".

Ele voltou a argumentar que esta foi a única forma viável para compensar as perdas decorrentes da decisão do Supremo Tribunal Federal, que considerou inconstitucional a contribuição previdenciária dos servidores. "Foi uma resposta à decisão do STF, da qual não há como questionar o mérito", disse.

Malan afirmou que o importante agora é conseguir diminuir a percepção do Risco Brasil e manter a trajetória de inflação descendente. Com isso, afirmou, será possível reduzir os juros e fortalecer o mercado de capitais brasileiro.

O ministro chamou atenção para as discussões de

âmbito político e lembrou que não é possível manter privilégios e garantias que não existem em nenhum lugar do mundo. Comentando o índice de inflação acumulado de janeiro a setembro, de 6,01%, como divulgou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o ministro disse que "há grandes possibilidades" de o acumulado do ano ficar abaixo de 8%, meta acertada pelo Governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Na semana que vem, segundo anunciou o ministro, o Governo vai anunciar que as metas de superávit primário previstas para o terceiro trimestre do ano foram alcançadas. Ele lembrou que o Governo vem conseguindo cumprir suas metas por quatro trimestres consecutivos e que isto "é muito importante para a formação de expectativas positivas dos investidores estrangeiros". Na próxima quinta-feira o Governo anuncia também o resultado de estudos para redução da taxa de juros cobrada ao consumidor.

Reações são negativas

São Paulo - As medidas tributárias adotadas pelo Governo foram consideradas ontem pelo empresário Antonio Ermírio de Moraes, principalmente, no que diz respeito ao Confins sobre a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, "como um problema sério para as empresas, onerando seus custos. O Cofins pula de 2% para 3% e só atinge a área produtiva. Muita gente vai acabar repassando os custos nos preços e a inflação pode se elevar".

Já o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Alencar Burti, disse que é de se lamentar que o setor privado mais uma vez é chamado para pagar a conta. "A não dedução dos 10% adicionais da Cofins significa novo aumento da carga tributária, que será pago por toda a sociedade para manter os privilégios de uma minoria. Esperávamos que a compensação das perdas se fizesse dentro do setor público, com o corte de gastos. O Brasil não pode continuar sustentando privilégios às custas da produção, do emprego, da educação e da saúde", afirmou.

Burti disse que é preciso repensar o país. Para ele, o único caminho rápido e viável é uma união política e de todos os setores da sociedade. Já pra o ex-ministro da Fazenda Mailson da

Nóbrega, as medidas anunciadas ontem são puramente arrecadatórias e foram tomadas sem qualquer avaliação do impacto econômico. "Isso é uma omissão imperdoável do ministro da Fazenda. O Everardo Maciel (secretário da Receita Federal) está no papel dele de tentar aumentar a arrecadação, mas qualquer decisão séria sobre tributos deve pesar os aspectos positivo e negativo e, se o resultado líquido for negativo, ela deve ser esquecida. No caso das medidas anunciadas, o resultado será negativo", avalia Mailson.

Representantes do mercado de capitais, reunidos ontem no Rio, também reagiram com o pacote fiscal. "Vamos ao Governo, ao ministro e iríamos à madre Teresa de Calcutá, se ela estivesse viva", disse o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Alfredo Rizkallah. "Estamos tornando cada vez mais difícil o desenvolvimento do mercado de ações e o Brasil está abrindo mão do único instrumento viável para financiar o seu desenvolvimento." Rizkallah qualificou de "um equívoco" a elevação da alíquota do Imposto de Renda incidente sobre lucros obtidos com a venda de ações e defendeu a aprovação urgente da reforma tributária como alternativa aos "remendos" feitos pelo Governo.